

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

# IMIGRAÇÃO EM NÚMEROS



## ESTATÍSTICAS DE BOLSO



GOVERNO DE  
PORTUGAL



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES  
**IMIGRAÇÃO EM NÚMEROS**

**ESTATÍSTICAS DE BOLSO**

## FICHA TÉCNICA

### **Promotor**

Observatório das Migrações

### **Autores**

Catarina Reis Oliveira (coord.)  
Natália Gomes

### **Edição**

Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP)  
Rua Álvaro Coutinho, 14, 1150-025 Lisboa  
E-mail: [acm@acm.gov.pt](mailto:acm@acm.gov.pt)

### **Conceção Gráfica**

António Souto

### **Primeira Edição**

2000 exemplares

### **ISBN**

978-989-685-071-5

### **Depósito Legal**

394 233/15

Lisboa, março de 2015

Para aprofundar a análise dos dados e indicadores de integração vertidos para esta publicação ver: Oliveira (coord.) e Gomes (2014), *Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal. Relatório Estatístico Decenal*, Coleção Imigração em Números, Observatório das Migrações.

## NOTA DE ABERTURA

As migrações são um daqueles temas sobre os quais todos temos uma opinião. É um tema de crescente importância social, política e mediática em que, frequentemente, a construção dos discursos assenta em perceções construídas com base em visões parcelares e hipermediatizadas da realidade.

Tenho evocado regularmente a clássica *Alegoria da Caverna*, de Platão, para explicar a construção hipermediatizada desta realidade no século XXI. É com base nas sombras que são projetadas no fundo da caverna que a maioria de nós vai construindo o seu discurso sobre as migrações. As sombras de uma realidade que acontece fora dessa caverna, mas para a qual estamos de costas voltadas. E assim vamos construindo mitos onde deveriam prevalecer os factos.

Em 2005, o Alto Comissariado que hoje dirijo lançou uma brochura de leitura muito simples, intitulada "Mitos e Factos sobre Imigração". Nessa publicação procurávamos refutar, com dados e conhecimento científico, alguns preconceitos acerca da imigração. Esta publicação que agora lançamos, no âmbito da nova coleção "Imigração em Números" do Observatório das Migrações, da autoria de Catarina Reis Oliveira e Natália Gomes, pretende responder à necessidade de mostrar que a realidade é diferente da nossa perceção da mesma.

A informação que partilhamos deve servir, sobretudo num tempo de crescentes discursos de radicalização sobre o tema da imigração a que vamos assistindo em alguns países da Europa, para ajudar a construir a narrativa correta em torno das migrações. Com factos que nos permitam colocar a cabeça fora da caverna e reconhecer o contributo muito positivo dos imigrantes em Portugal. Com factos que nos ajudem a manter um discurso sério e coerente nas esferas pública e política, salvaguardando uma ação de integração dos imigrantes que é hoje reconhecida internacionalmente como uma boa prática.

A imigração continua a ser uma enorme oportunidade para Portugal.

**Pedro Calado**

ALTO-COMISSÁRIO PARA AS MIGRAÇÕES

## PREFÁCIO

O Observatório da Imigração, ao qual sucede agora o Observatório das Migrações que tenho o gosto de dirigir, tem desempenhado, ao longo da última década, a importante missão de desconstruir mitos, alguns deles enraizados, sobre a realidade das migrações em Portugal.

A falta de informação contribui para percepções erradas que podem influenciar negativamente a percepção dos cidadãos sobre este fenómeno e, em última análise, as próprias políticas públicas.

Neste sentido, a recolha, processamento e divulgação de informação de qualidade, isenta e rigorosa mostra-se uma tarefa da maior relevância. Não se trata, pois, de cumprir uma qualquer agenda ou propósito específico, antes de todos habilitar com informação para que, numa sociedade aberta e plural, se encontrem em condições, na posse de dados fidedignos, de formular o seu próprio juízo. Para os decisores, a produção de informação rigorosa deve ser vista como essencial. Não é possível desenhar e executar uma política pública de qualidade sem dados actuais e rigorosos.

Com estes propósitos, o Observatório das Migrações havia já lançado, em dezembro, um importante texto, integrado na colecção "Imigração em Números", designado "*Monitorizar a integração de Imigrantes em Portugal*" que constitui um relatório decenal, cobrindo os principais dados relativos à imigração na última década.

O texto que agora se publica – integrado na colecção "Imigração em Números", com o título "Estatísticas de Bolso" – teve esse trabalho como ponto de partida, sendo todavia pensado para um público geral e de acesso mais rápido e intuitivo. O propósito deste texto é, assim, o de servir todos os públicos, permitindo uma consulta fácil e directa e, através dela, a obtenção de informação imediata quanto aos principais indicadores relativos à imigração, nas diversas áreas da sociedade portuguesa.

Gostaria de sublinhar as seguintes dimensões:

1. O importante contributo da imigração para a demografia, o que permite concluir que sem imigração não é possível enfrentar a crise demográfica;
2. A diversificação dos perfis migratórios, verificando-se o aumento de estudantes internacionais, investigadores, imigrantes altamente qualificados e de reformados e uma diminuição das entradas para atividades subordinadas;
3. O aumento de empregadores estrangeiros;
4. O saldo financeiro positivo da segurança social com imigrantes;
5. O aumento do acesso à nacionalidade, quer pela via originária quer pelas naturalizações.

Alguns destes dados constituirão uma surpresa, mesmo para os leitores mais especializados o que, por si só, justifica que lhes seja proporcionada a máxima divulgação e maior acessibilidade.

Aproveito a ocasião para felicitar, vivamente, as autoras deste trabalho, bem como do relatório decenal que lhe está na base, a Dra. Catarina Reis Oliveira e a Dra. Natália Gomes, que há vários anos vêm colaborando com o Observatório da Imigração e, agora, com o Observatório das Migrações.

A maior homenagem que podemos prestar ao seu trabalho é o destino certo deste texto: a consulta quotidiana, informal e informada, de todos quantos – e são muitos – lidam nas suas vidas com o tema das migrações.

Se for esse o caso, então está cumprido o objectivo.

**Gonçalo Saraiva Matias**

DIRECTOR DO OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

## ÍNDICE GERAL

- 009** PORTUGAL, UM PAÍS DE IMIGRAÇÃO?
- 014** O QUE SABEMOS SOBRE OS IMIGRANTES EM PORTUGAL?
- 019** QUAIS OS IMPACTOS DA IMIGRAÇÃO NA **DEMOGRAFIA PORTUGUESA**?
- 022** OS IMIGRANTES CONTRIBUEM PARA O **MERCADO DE TRABALHO** PORTUGUÊS?
- 031** QUAIS OS IMPACTOS DA IMIGRAÇÃO PARA A **SEGURANÇA SOCIAL**?
- 033** COMO SE RELACIONAM OS IMIGRANTES COM O **SISTEMA ESCOLAR**?
- 036** OS IMIGRANTES QUEREM APRENDER A **LÍNGUA PORTUGUESA**?
- 038** OS IMIGRANTES TÊM ACESSO À **NACIONALIDADE PORTUGUESA**?
- 040** OS IMIGRANTES **VOTAM** EM PORTUGAL?
- 042** QUAIS AS CONDIÇÕES DE **HABITAÇÃO** DOS IMIGRANTES?
- 044** COMO SE RELACIONAM OS IMIGRANTES COM O **SISTEMA DE JUSTIÇA**?
- 048** OS IMIGRANTES SÃO **DISCRIMINADOS** EM PORTUGAL?
- 050** OS IMIGRANTES ENVIAM **REMESSAS** PARA OS SEUS PAÍSES DE ORIGEM?

## INTRODUÇÃO

À semelhança de outros fenómenos sociais, há em torno da imigração alguns mitos que se têm vindo a criar. Algumas sondagens internacionais de opinião pública permitem rapidamente ilustrar como persistem falsas percepções acerca da imigração. O inquérito anual *Transatlantic Trends*<sup>1</sup> é um bom exemplo disso: os dados recolhidos na 12ª edição (2013) desta sondagem fazem sobressair os inquiridos portugueses como os que mais sobrestimam a dimensão do fenómeno migratório – os inquiridos, em média, estimam a imigração em mais 27 pontos percentuais do que essa o é na realidade. Este erro de percepção é comum nos restantes países europeus que tendem também a distorcer os factos e os números da imigração.

Com as “Estatísticas de Bolso” o Observatório das Migrações procura contribuir para a desconstrução de falsas percepções com factos acerca da Imigração baseados em sustentação estatística. Pretende-se apoiar um conhecimento mais rigoroso da imigração no país, respondendo às várias solicitações de inúmeros profissionais, académicos, decisores políticos e da sociedade portuguesa em geral.

Seguindo o mote deste Observatório – “conhecer mais para agir melhor” – e algumas das recomendações da Comissão Europeia (e.g. Programa de Estocolmo 2010-2014, Declaração de Zaragoza de abril de 2010), esta publicação procura destacar alguns dos padrões de integração dos imigrantes em Portugal ao longo da última década para apoiar decisões informadas nesta vertente.

Para enquadrar os dados aqui destacados é basilar clarificar dois conceitos: o conceito de *imigrante* e de *estrangeiro*. O conceito de *imigrante* remete para um movimento de fronteira e/ou de entrada e fixação de um cidadão por um período superior a um ano em território

1. Sondagem anual de opinião pública conduzida pelo *German Marshall Fund of the United States*(GMF) e pela *Compagnia di San Paolo* (Turim, Itália), com o apoio em Portugal da Fundação Luso-Americana (FLAD). Mais informação acerca desta sondagem pode ser consultada em [www.transatlantictrends.org](http://www.transatlantictrends.org)



português. Por sua vez o conceito de *estrangeiro* remete para todo o cidadão que não é nacional em Portugal, ou seja, tem inerente a nacionalidade do indivíduo. Assim, embora os dois conceitos não sejam sinónimos – um imigrante não é necessariamente um estrangeiro, uma vez que há imigrantes que podem já ter a nacionalidade portuguesa, nem um estrangeiro é necessariamente um imigrante, uma vez que há estrangeiros que já nasceram em Portugal e/ou nunca tiveram uma experiência migratória, mas herdaram uma nacionalidade estrangeira dos pais –, atendendo a que em Portugal as fontes de dados disponíveis apenas recolhem informação desagregada por nacionalidade dos indivíduos, considera-se para efeitos de aproximação ao fenómeno da imigração o universo de estrangeiros residentes.

A partir desta publicação o leitor pode adquirir um entendimento objetivo e factual da situação dos estrangeiros residentes em Portugal em inúmeras dimensões – demografia, trabalho, segurança social, educação e qualificações, aprendizagem da língua portuguesa, acesso à nacionalidade, participação política, habitação, sistema de justiça, discriminação e remessas. Os dados apresentados sinalizam situações em que os estrangeiros diferem dos portugueses, para mais ou menos e para melhor ou pior.

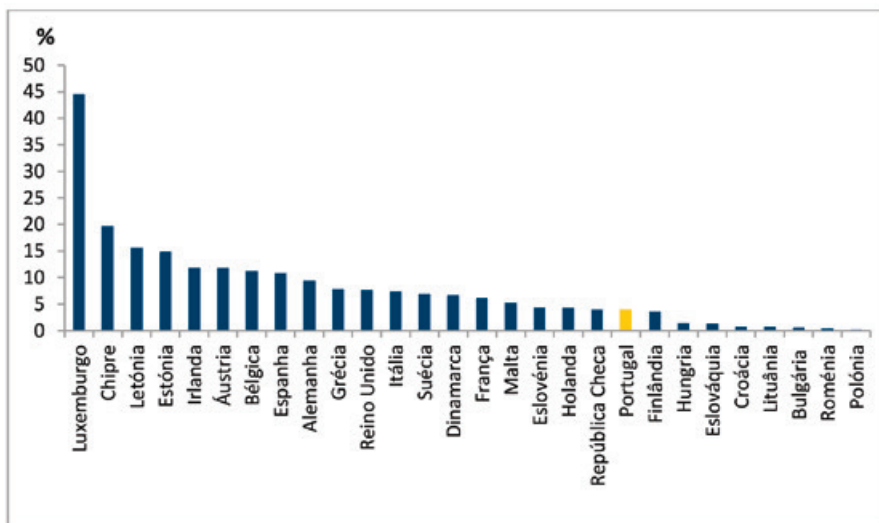
Os principais factos elencados, de forma sucinta, nesta publicação respondem a questões que surgem normalmente acerca do fenómeno migratório. Caso o leitor tenha interesse em detalhar estas tendências deverá consultar as análises mais aprofundadas que foram desenvolvidas no âmbito do Relatório Estatístico Decenal – *Monitorizar a integração de Imigrantes em Portugal* (Oliveira e Gomes, 2014) –, desta mesma coleção do Observatório das Migrações, e que sistematiza dados acerca de estrangeiros em Portugal a partir de 19 fontes nacionais.

## PORTUGAL UM PAÍS DE IMIGRAÇÃO?

### SABIA QUE PORTUGAL ESTÁ ENTRE OS PAÍSES EUROPEUS COM MENOR PORCENTAGEM DE IMIGRANTES POR TOTAL DE RESIDENTES NO PAÍS?

Em Portugal apenas 4% dos seus residentes são estrangeiros, contrastando substancialmente com o Luxemburgo, por exemplo, que corresponde ao país europeu com maior percentagem de estrangeiros (44,5%), entre os quais muitos portugueses residentes que representam 28% do total de estrangeiros residentes nesse país.

Percentagem de população estrangeira por País, em 2012

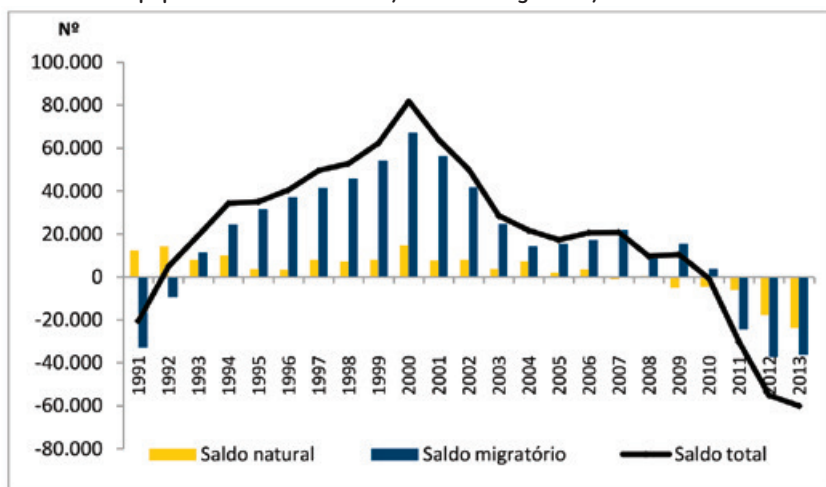


Fonte: Eurostat

## PORTUGAL TEM-SE ASSUMIDO SEMPRE COMO UM PAÍS DE MIGRAÇÕES, FLUTUANDO ENTRE PERÍODOS EM QUE AS SAÍDAS DE PORTUGUESES SUPLANTAM A ENTRADA DE ESTRANGEIROS E PERÍODOS EM QUE RECEBE MAIS IMIGRANTES.

O fenómeno imigratório em Portugal surge na década de 1980 sendo, porém, já na década de 1990 que adquire de forma estável saldos migratórios positivos, ou seja, desde essa altura o país passa a receber mais imigrantes que a ter emigrantes portugueses a saírem para outros destinos.

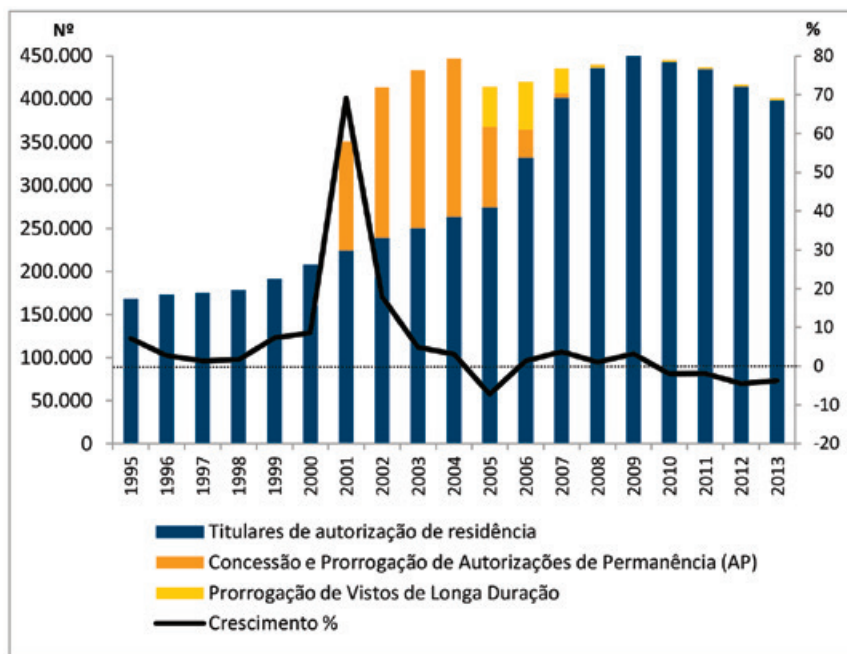
Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório, entre 1991 e 2013



Fonte: Estatísticas de nados-vivos, óbitos e Estimativas anuais da População, INE (Oliveira e Gomes, 2014: 30)

Portugal quase duplicou o número absoluto de estrangeiros entre 1999 e 2001. A partir de 2009 nota-se, contudo, o decréscimo dos residentes estrangeiros registados no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o que reflete a diminuição de oportunidades de trabalho no país e a aquisição da nacionalidade portuguesa por um número crescente de residentes estrangeiros (em especial desde 2007).

Total de população estrangeira com títulos de residência em Portugal, entre 1995 e 2013



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 45).

## SABIA QUE PORTUGAL SE ENCONTRA NUMA SITUAÇÃO DE FRAGILIDADE DEMOGRÁFICA POR OS SEUS SALDOS MIGRATÓRIOS JÁ NÃO COMPENSAREM OS SALDOS NATURAIS NEGATIVOS?

A partir de 2011 voltam a registar-se saldos migratórios negativos em Portugal, ou seja, Portugal passa a ter mais pessoas a sair do país do que a entrar, o que não acontecia desde 1992. A partir de 2010 Portugal assiste ainda a saldos populacionais totais negativos, associando saldos naturais negativos à descida do saldo migratório. Por outras palavras, nos últimos anos o saldo migratório em Portugal deixou de conseguir compensar os valores negativos do saldo natural.

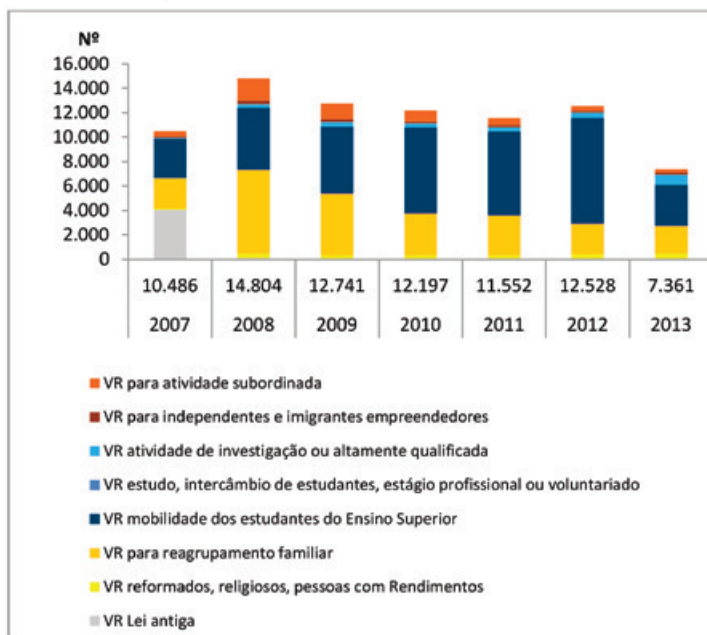
Atendendo que, segundo um estudo do EUROSTAT, a partir de 2015 se prevê que o crescimento populacional dos Estados-membros se consiga apenas com saldos migratórios positivos, Portugal encontra-se numa situação de fragilidade demográfica. O contributo dos imigrantes revela-se, pois, especialmente importante se considerarmos que Portugal é um dos países da União Europeia com maior índice de envelhecimento (129,4 idosos por cada 100 jovens em 2012). Neste âmbito a *Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia* reconhece o contributo que a imigração pode ter para responder aos desafios que se colocam com os cenários demográficos esperados.

## **SABIA QUE PORTUGAL TEM VINDO A DIVERSIFICAR OS SEUS PERFIS IMIGRATÓRIOS?**

Sendo um país recente de imigração, comparado com outros países da União Europeia, Portugal recebeu principalmente imigrantes que vinham responder às necessidades da economia nacional. Ao longo das últimas décadas os estrangeiros que chegaram ao país inseriram-se predominantemente em atividades subordinadas, manuais e de baixas qualificações, concentrando-se nos sectores da economia menos atraídos aos trabalhadores nacionais.

As condições económicas menos favoráveis do país a partir de 2008 mudaram, contudo, o perfil de entradas de estrangeiros em Portugal. Não apenas o fluxo global de entradas diminuiu, como se verifica uma alteração nos perfis das entradas, com aumento de alguns fluxos – caso dos estudantes, de investigadores e altamente qualificados, de empresários e de reformados – e diminuição de outros – entradas para o exercício de atividades subordinadas. Verifica-se, pois, que Portugal está a atrair e a reforçar novos perfis de imigração.

Vistos de residência (VR) atribuídos nos postos consulares,  
por razão de entrada, entre 2007 e 2013



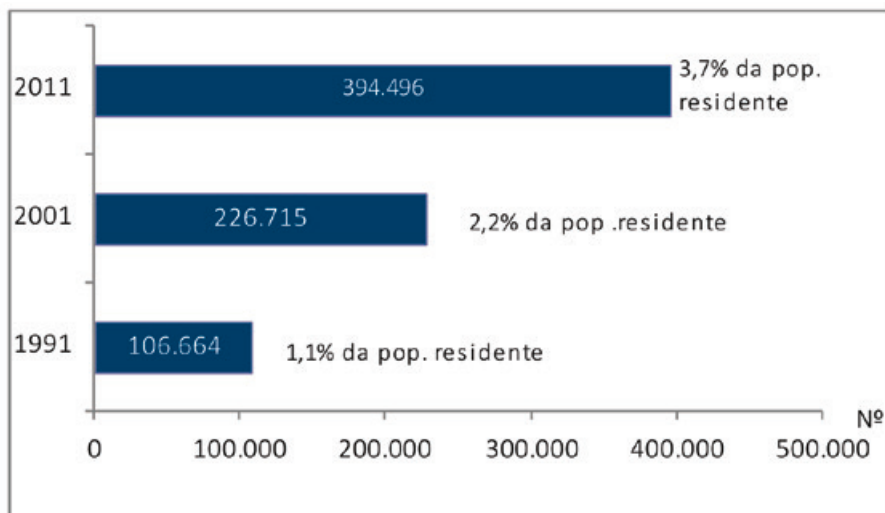
Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Oliveira e Gomes, 2014: 43)

## O QUE SABEMOS SOBRE OS IMIGRANTES EM PORTUGAL?

### QUANTOS SÃO?

Segundo os dados apurados nos Censos de 2011 residiam em Portugal 394.496 estrangeiros, o que traduzia 3,7% do total de residentes do país. Entre os Censos de 2001 e 2011 a população estrangeira cresceu +74%, muito embora esse crescimento tenha sido mais acentuado na década anterior (+113% entre 1991 e 2001).

População estrangeira residente em Portugal, segundo os Censos 1991, 2001 e 2011



Fonte: INE (2012), A População estrangeira em Portugal – 2011, Destaque INE

### QUEM SÃO?

As **10 nacionalidades estrangeiras mais numerosas** em Portugal à data dos Censos 2011 eram, por ordem de importância: a brasileira, cabo-verdiana, ucraniana, angolana, romena, guineense, britânica, francesa, chinesa e espanhola.

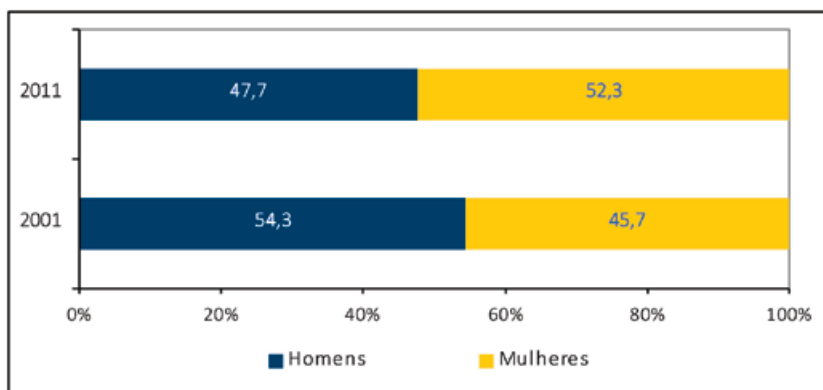
Em relação a 2001, há a registar o crescimento significativo dos residentes de nacionalidade brasileira, ucraniana, romena e chinesa, verificando-se em contrapartida a perda de importância relativa de outros residentes estrangeiros dos PALP e da União Europeia.

**Varição registada nas 10 principais nacionalidades residentes em Portugal, entre 2001 e 2011**

| Principais nacionalidades    | 2011           |            | 2001           | Varição entre 2001 e 2011 |            |
|------------------------------|----------------|------------|----------------|---------------------------|------------|
|                              | N              | %          | N              | N                         | %          |
| 1º Brasil                    | 109.787        | 27,8       | 31.869         | +77.918                   | +244,5     |
| 2º Cabo Verde                | 38.895         | 9,9        | 33.145         | +5.750                    | +17,3      |
| 3º Ucrânia                   | 33.790         | 8,6        | 10.793         | +22.997                   | +213,1     |
| 4º Angola                    | 26.954         | 6,8        | 37.014         | -10.060                   | -27,2      |
| 5º Roménia                   | 24.356         | 6,2        | 2.661          | +21.695                   | +815,3     |
| 6º Guiné-Bissau              | 16.360         | 4,1        | 15.824         | +536                      | +3,4       |
| 7º Reino Unido               | 15.774         | 4          | 8.227          | +7.547                    | +91,7      |
| 8º França                    | 14.360         | 3,6        | 15.359         | -999                      | -6,5       |
| 9º China                     | 11.458         | 2,9        | 2.176          | +9.282                    | +426,6     |
| 10º Espanha                  | 10.486         | 2,7        | 9.047          | +1.439                    | +15,9      |
| <b>Total de estrangeiros</b> | <b>394.496</b> | <b>100</b> | <b>226.715</b> | <b>+167.781</b>           | <b>+74</b> |

Fonte: Censos, INE (cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 32)

**Distribuição por sexo da população de nacionalidade estrangeira em 2001 e 2011 (%)**



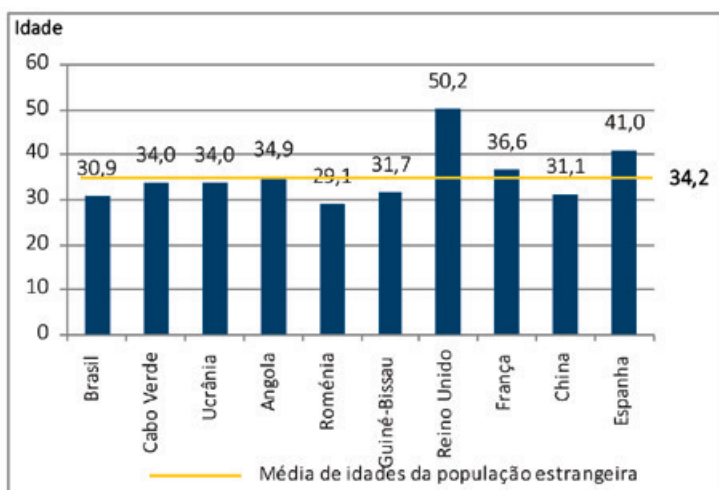
Fonte: Censos, INE (cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 33)



Os Censos 2011 indicam ainda que a população estrangeira residente é maioritariamente composta por cidadãos do sexo feminino (52,3%), registando-se uma inversão da tendência face ao observado nos Censos 2001, quando a importância relativa de estrangeiros do sexo masculino era mais expressiva (54,3%).

## QUE IDADE TÊM?

Idade média da população estrangeira, por nacionalidade, em 2011



Fonte: INE (2012), *A População estrangeira em Portugal – 2011*, Destaque INE

A população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal é **tendencialmente mais jovem** que a população de nacionalidade portuguesa: a média de idades da população estrangeira é de 34 anos quando a média de idades da população portuguesa é de 42 anos. Estes dados refletem a interferência de dois fatores: por um lado, a tendência de envelhecimento da população portuguesa e, por outro, o facto da imigração para Portugal ter tido predominantemente uma motivação económica, chegando por isso ao país essencialmente em idade ativa. Nota-se, porém, que a população estrangeira não é um todo homogéneo, identificando-se nacionalidades com idades médias mais jovens (e.g. romenos, brasileiros, chineses) e nacionalidades com idades médias mais seniores (e.g. ingleses).

## QUE ESCOLARIDADE TÊM OS ESTRANGEIROS EM PORTUGAL?

Estrangeiros por nacionalidade e nível de escolaridade mais elevado completo, Censos 2011 (%)

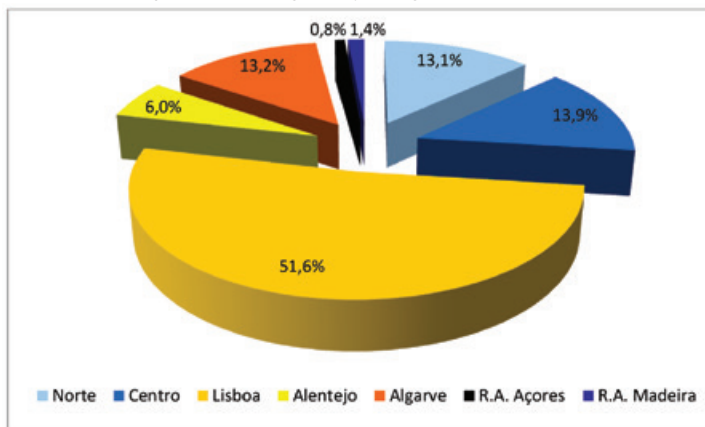
| Nacionalidade             | Ne-nhum     | 1º ciclo ensino básico | 2º ciclo ensino básico | 3º ciclo ensino básico | Ensino secundário e pós-secundário | Ensino superior |
|---------------------------|-------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------------------|-----------------|
| <b>Portugueses</b>        | <b>19,1</b> | <b>26,0</b>            | <b>13,4</b>            | <b>16,1</b>            | <b>13,7</b>                        | <b>11,7</b>     |
| <b>Total Estrangeiros</b> | <b>14,6</b> | <b>10,2</b>            | <b>13,5</b>            | <b>20,9</b>            | <b>28,1</b>                        | <b>12,7</b>     |
| UE27                      | 14,5        | 6,5                    | 9,9                    | 18,0                   | 29,8                               | 21,2            |
| Extracomunitários         | 14,6        | 11,4                   | 14,6                   | 21,8                   | 27,5                               | 10,0            |
| Brasil                    | 12,4        | 9,6                    | 14,5                   | 20,0                   | 35,1                               | 8,2             |
| Cabo Verde                | 20,9        | 23,8                   | 19,0                   | 20,6                   | 12,8                               | 2,8             |
| Ucrânia                   | 12,1        | 3,1                    | 6,6                    | 17,6                   | 40,5                               | 20,1            |
| Angola                    | 11,5        | 12,5                   | 20,8                   | 30,0                   | 18,7                               | 6,5             |
| Roménia                   | 17,1        | 5,7                    | 12,0                   | 24,2                   | 33,0                               | 8,1             |
| Guiné-Bissau              | 18,2        | 15,6                   | 17,8                   | 28,0                   | 15,6                               | 4,9             |
| Reino Unido               | 18,0        | 3,4                    | 5,3                    | 13,5                   | 37,0                               | 22,8            |
| França                    | 11,7        | 10,4                   | 15,8                   | 21,2                   | 22,0                               | 19,0            |
| China                     | 28,5        | 9,3                    | 16,7                   | 26,2                   | 16,2                               | 3,0             |
| Espanha                   | 16,9        | 12,9                   | 8,7                    | 12,8                   | 16,7                               | 32,0            |

Fonte: Censos 2011, INE (cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 69)

Os **estrangeiros mostram maior percentagem de população nos níveis de escolaridade mais elevados** quando comparados com os portugueses. Essa tendência não é, contudo, uniforme para todas as nacionalidades estrangeiras. Segundo os Censos de 2011, as populações estrangeiras residentes com maior percentagem de pessoas com o ensino superior são os nacionais de Espanha, do Reino Unido e da Ucrânia. Também são os estrangeiros que apresentam maior importância relativa de indivíduos com o secundário e pós-secundário, destacando-se nesses níveis de escolaridade os ucranianos, os ingleses e os brasileiros.

## COMO SE DISTRIBUEM PELO PAÍS?

Distribuição dos estrangeiros por regiões NUTII, em 2011 (%)



Fonte: Censos 2011, INE (cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 36)

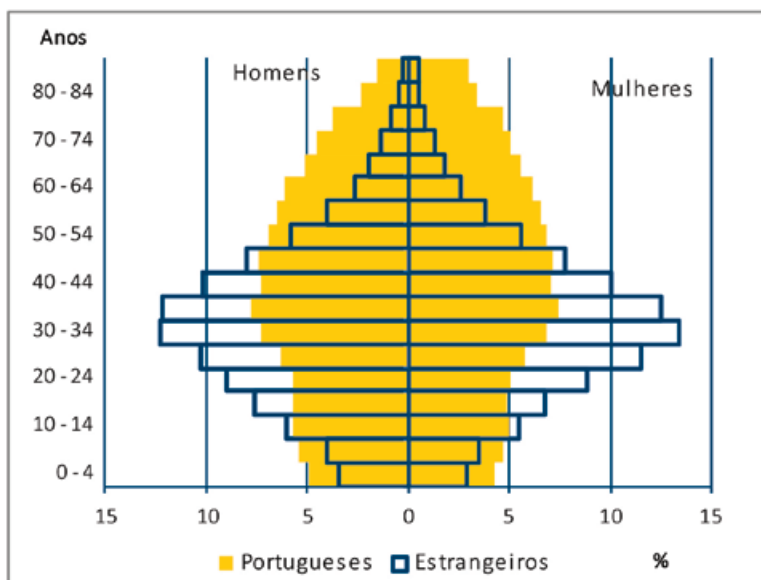
A população estrangeira residente em Portugal encontra-se sobretudo na região de Lisboa (NUTII), nos municípios da Grande Lisboa e da Península de Setúbal. A percentagem de estrangeiros que se concentra nesta unidade territorial corresponde a 51,6%. Segundo dados dos Censos 2011, Sintra e Lisboa são os municípios que concentram o maior número de estrangeiros (mais de 34 mil), seguindo-se Amadora, Cascais e Loures (em torno dos 18 mil) e Odivelas (com perto de 13 mil).

## QUAIS OS IMPACTOS DA IMIGRAÇÃO NA DEMOGRAFIA PORTUGUESA?

### SABIA QUE OS IMIGRANTES CONTRIBUEM POSITIVAMENTE PARA A DEMOGRAFIA PORTUGUESA?

Os Censos 2011 vieram reafirmar o contributo positivo da população estrangeira na demografia portuguesa. Nos últimos 10 anos a população cresceu 2% (206.061 indivíduos), sendo esse aumento explicado em 91% pelo saldo migratório verificado no país (até 2010 Portugal teve um fluxo de imigração – entradas de estrangeiros – superior ao fluxo de emigração – saídas de portugueses).

Pirâmide etária da população portuguesa e estrangeira, em 2011 (%)



Fonte: Censos 2011, INE

## OS IMIGRANTES TÊM SIDO RESPONSÁVEIS PELO AUMENTO DE EFETIVOS EM IDADE ATIVA E PELO INCREMENTO DOS NASCIMENTOS EM PORTUGAL, ATENUANDO O SALDO NATURAL NEGATIVO DO PAÍS.

A entrada de imigrantes em Portugal tem permitido ao país reforçar os grupos etários **mais jovens e em idade ativa**, atenuando assim o envelhecimento da população portuguesa e a redução da importância relativa de portugueses nesses grupos etários. Os dados dos Censos de 2011 permitem evidenciar que a maioria da população estrangeira (cerca de 63%) apresenta idades entre os 20 e 49 anos, enquanto apenas 41% dos portugueses se encontra nesses grupos etários.

**Nados-vivos segundo a nacionalidade da mãe, entre 2001 e 2013**

| Ano  | Total de nados-vivos (Nº) | Nacionalidade da Mãe (%) |             |
|------|---------------------------|--------------------------|-------------|
|      |                           | Portuguesa               | Estrangeira |
| 2001 | 112.774                   | 94,8%                    | 5,2%        |
| 2002 | 114.383                   | 93,3%                    | 6,7%        |
| 2003 | 112.515                   | 92,9%                    | 7,1%        |
| 2004 | 109.298                   | 92,3%                    | 7,7%        |
| 2005 | 109.399                   | 91,7%                    | 8,3%        |
| 2006 | 105.449                   | 90,9%                    | 9,0%        |
| 2007 | 102.492                   | 90,4%                    | 9,6%        |
| 2008 | 104.594                   | 90,2%                    | 9,8%        |
| 2009 | 99.491                    | 89,6%                    | 10,4%       |
| 2010 | 101.381                   | 89,4%                    | 10,6%       |
| 2011 | 96.856                    | 89,7%                    | 10,3%       |
| 2012 | 89.841                    | 90,2%                    | 9,8%        |
| 2013 | 82.787                    | 91,1%                    | 8,9%        |

Fonte: Estatísticas Demográficas, INE(cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 52)

Os estrangeiros têm sido responsáveis também pelo **incremento dos nascimentos** em Portugal. Segundo dados das Estatísticas Demográficas (INE), entre 2006 e 2013 as mulheres de nacionalidade estran-

geira representaram uma média anual de cerca de 10% do total dos nascidos-vivos de mães residentes em Portugal. Esta percentagem é particularmente elevada se atendermos a que a população estrangeira apenas representa 3,7% do total da população residente em Portugal à data dos Censos 2011.

O impacto dos nascimentos de pais estrangeiros tem sido particularmente importante nos últimos anos em virtude da quebra no número de nascidos-vivos do país (em 2013 registaram-se menos 29.987 nascimentos em Portugal que os verificados em 2001).

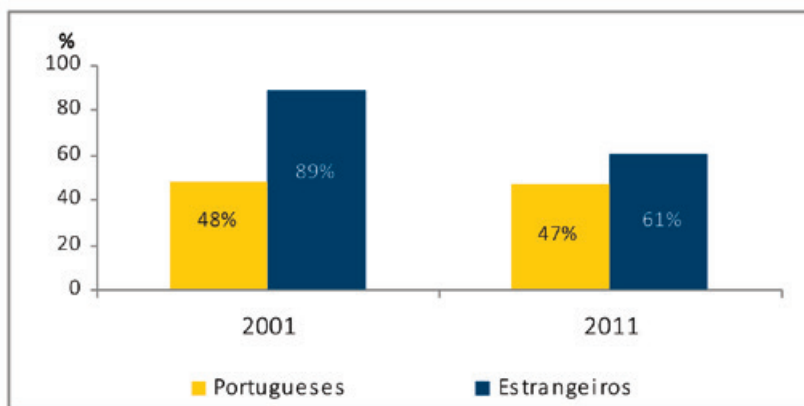
A mesma superioridade é verificada nas taxas de natalidade feminina e masculina das populações estrangeiras, o que acaba por refletir também que a sua estrutura etária é mais favorável à ocorrência de nascimentos, uma vez que apresenta uma maior concentração de efetivos em idade fértil (15-49 anos). Em 2011, por cada 1000 mulheres a população estrangeira apresentou mais do dobro da prevalência de nascimentos (48,5) que os verificados entre a população portuguesa (16,4).

## OS IMIGRANTES CONTRIBUEM PARA O MERCADO DE TRABALHO PORTUGUÊS?

### SABIA QUE A POPULAÇÃO ESTRANGEIRA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS APRESENTOU SEMPRE TAXAS DE ATIVIDADE SUPERIORES ÀS VERIFICADAS ENTRE OS NACIONAIS?

Segundo dados dos Censos de 2011, a taxa de atividade dos portugueses era de 47% enquanto a taxa de atividade dos estrangeiros era de 61%, representando uma descida em ambas as populações face a 2001 quando representavam 48% e 89%, respetivamente. Esta tendência reflete a própria experiência imigratória portuguesa que, ao longo das últimas décadas, tem sido muito marcada por uma imigração com motivações económicas e/ou laborais.

Taxas de atividade, segundo a nacionalidade, em 2001 e 2011



Fonte: Censos 2001 e 2011, INE (cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 63)

### SABIA QUE A POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EMPREGADA ESTÁ SOBRE REPRESENTADA EM ALGUNS GRUPOS PROFISSIONAIS?

Ao longo das últimas décadas a proporção de estrangeiros a trabalhar em atividades manuais de baixas qualificações correspondeu sempre à

maioria da sua população empregada. Em 2011, cerca de 49% da população empregada estrangeira estava inserida na construção, indústria e transportes (grupos profissionais da base) enquanto apenas 34% da população empregada portuguesa se enquadrava nesses mesmos grupos profissionais. Em contrapartida, verifica-se que os portugueses têm mais população empregada (23%) nos grupos profissionais de topo do que os estrangeiros (apenas 13%). Assim verifica-se que, tal como se observa em outros destinos de imigração, a população estrangeira em Portugal é canalizada para os trabalhos menos atraentes do mercado de trabalho, para os empregos de baixas ou nulas qualificações, os quais se associam a condições de trabalho mais duras e com elevados níveis de insegurança.

**Distribuição da população empregada estrangeira e portuguesa segundo os grandes grupos de profissões, em 2011 (%)**

| <b>Grupos profissionais</b>                                                                                 | <b>Portugueses (%)</b> | <b>Estrangeiros (%)</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|-------------------------|
| 0 - Profissões das Forças Armadas                                                                           | 0,8                    | 0,1                     |
| 1 - Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos | 7,5                    | 5,2                     |
| 2 - Especialistas das atividades intelectuais e científicas                                                 | 15,2                   | 7,9                     |
| 3 - Técnicos e profissões de nível intermédio                                                               | 11,3                   | 5,1                     |
| 4 - Pessoal administrativo                                                                                  | 9,3                    | 4,1                     |
| 5 - Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores                               | 19,4                   | 25,5                    |
| 6 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta                        | 2,3                    | 3,5                     |
| 7 - Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices                                         | 15,6                   | 17,3                    |
| 8 - Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem                                        | 6,2                    | 4,6                     |
| 9 - Trabalhadores não qualificados                                                                          | 12,5                   | 26,7                    |
| <b>Total %</b>                                                                                              | <b>100</b>             | <b>100</b>              |
| <b>Total N</b>                                                                                              | <b>4.164.610</b>       | <b>196.296</b>          |

Fonte: Censos 2011, INE (cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 65)



## **SABIA QUE HÁ ESTRANGEIROS QUE NÃO USAM AS SUAS HABILITAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO PORTUGUÊS, ENCONTRANDO-SE EM SITUAÇÃO DE SOBREQUALIFICAÇÃO?**

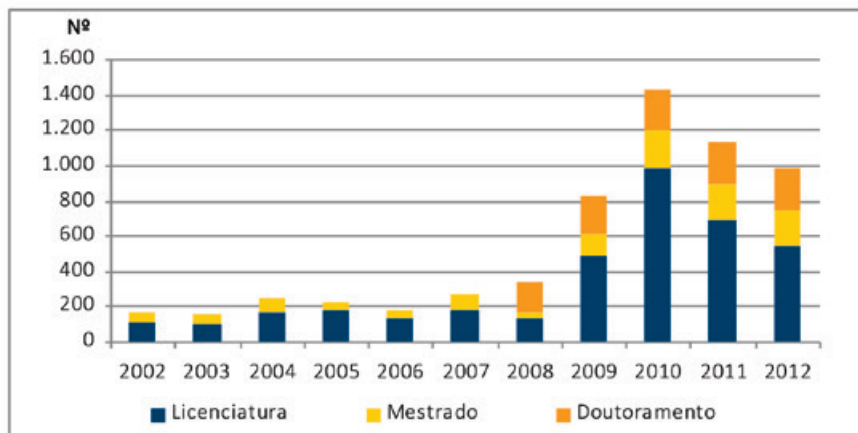
Segundo dados dos Quadros de Pessoal, os estrangeiros por comparação aos trabalhadores portugueses têm uma percentagem maior de trabalhadores que não usam as suas habilitações nas funções que exercem no mercado de trabalho português. Em 2009, cerca de 51,5% dos trabalhadores estrangeiros com habilitações de ensino superior estavam incorporados nos dois primeiros grupos profissionais (grupos 1 e 2, que inclui dirigentes e especialistas das atividades intelectuais e científicas), mas 12,7% apesar de terem uma habilitação de nível superior incorporavam os grupos profissionais da base (grupos 7, 8 e 9), realçando-se 5,1% de trabalhadores estrangeiros com ensino superior integrados no mercado de trabalho português como "trabalhadores não qualificados" (grupo 9). Em contraste, no caso dos trabalhadores portugueses com ensino superior, 56,6% estavam em grupos profissionais de topo (grupos 1 e 2) e apenas 1,7% em grupos profissionais de base (grupos 7, 8 e 9).

## **SABIA QUE TEM AUMENTADO O NÚMERO DE RECONHECIMENTO DE QUALIFICAÇÕES DE ESTRANGEIROS?**

A distribuição dos trabalhadores estrangeiros pelos grupos profissionais do mercado de trabalho em Portugal não reflete necessariamente as suas qualificações. Os estrangeiros qualificados em Portugal sem o reconhecimento das suas qualificações representam um importante capital humano que não está a ser aproveitado no mercado de trabalho. Em 2007 foi aprovado um novo regime para o reconhecimento de títulos académicos adquiridos no estrangeiro (licenciaturas, mestrados e doutoramentos) que gerou nos últimos anos um aumento significativo do número de reconhecimento de qualificações de nível superior em Portugal. Entre 2002 e 2012 verificou-se um aumento de +482% no número de reconhecimentos de educação de nível superior (passando-se de 169 para 983 reconhecimentos).

Entre os estrangeiros que obtiveram o reconhecimento das suas qualificações nos últimos anos destacam-se os brasileiros e os europeus de leste (em especial ucranianos e russos).

**Reconhecimento de qualificações em função do nível de educação de ensino superior, entre 2002 e 2012**



Fonte: Direção Geral do Ensino Superior (Oliveira e Gomes, 2014: 151).

## **SABIA QUE OS ESTRANGEIROS ESTÃO SOBRE REPRESENTADOS EM ATIVIDADES DE MAIOR RISCO DE SINISTRALIDADE LABORAL?**

A sinistralidade laboral não é homogênea entre trabalhadores de diferentes nacionalidades. A segmentação do mercado de trabalho português que tende a associar os estrangeiros (especialmente de algumas nacionalidades) às atividades manuais e mais exigentes, e por vezes mais arriscadas, e algumas características dos trabalhadores imigrantes (e.g. disponibilidade para trabalhar mais horas e em trabalhos mais monótonos, aceitarem turnos menos atrativos, aceitarem funções abaixo das suas qualificações, trabalhadores tendencialmente pouco informados acerca dos seus direitos e deveres laborais em Portugal, com conhecimentos limitados acerca dos sistemas de segurança e saúde no trabalho) tem tido consequências na sinistralidade

laboral dos estrangeiros, que se mostra superior à verificada para os trabalhadores portugueses.

Em 2011 morreram 13 trabalhadores estrangeiros por cada 100.000 trabalhadores, enquanto a proporção para os trabalhadores portugueses foi de apenas 7 acidentes mortais.

**Taxas de acidentes de trabalho mortais e não mortais,  
segundo a nacionalidade do trabalhador, em 2011**

| Nacionalidade do trabalhador | Mortais    |                                          | Não mortais    |                                      |
|------------------------------|------------|------------------------------------------|----------------|--------------------------------------|
|                              | N          | Acidentes por cada 100.000 trabalhadores | N              | Acidentes por cada 100 trabalhadores |
| <b>Portugueses</b>           | <b>178</b> | <b>7</b>                                 | <b>199.267</b> | <b>8,24</b>                          |
| <b>Total de estrangeiros</b> | <b>18</b>  | <b>13</b>                                | <b>9.269</b>   | <b>6,91</b>                          |
| UE27 (exceto Portugal)       | 2          | 8                                        | 2.842          | 12,02                                |
| Angola                       | 1          | 13                                       | 1.669          | 21,88                                |
| S. Tomé e Príncipe           | 0          | 0                                        | 560            | 15,69                                |
| Moçambique                   | 0          | 0                                        | 532            | 29,09                                |
| Cabo Verde                   | 1          | 7                                        | 529            | 3,96                                 |
| Brasil                       | 7          | 19                                       | 213            | 0,59                                 |
| Guiné-Bissau                 | 0          | 0                                        | 88             | 1,79                                 |
| Outro                        | 7          | 16                                       | 2.836          | 6,58                                 |
| Nacionalidade ignorada       | 0          | -                                        | 451            | -                                    |

Fonte: GEE/ME (cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 78)

Entre 2008 e 2011 a sinistralidade laboral decresceu tanto entre os trabalhadores estrangeiros (-24,1%) como entre os trabalhadores portugueses (-11,3%), refletindo nomeadamente as próprias oscilações no dinamismo das atividades mais propensas à ocorrência de acidentes de trabalho e com mais elevadas taxas de mortalidade laboral (indústria transformadora e construção). Contrariando a tendência de outros anos, este decréscimo na sinistralidade laboral, fez com que em 2011 a sinistralidade laboral não mortal fosse superior entre os portugueses (8,24%) que entre os estrangeiros (6,91%). Esta mudança está muito

associada às atividades económicas em que cada população está mais representada e/ou ao respetivo dinamismo (ou quebra desse) dessas atividades. Por outro lado deve atender-se ao facto de alguns estrangeiros não terem um trabalho declarado, o que os torna invisíveis nestes dados que recolhem informação acerca de trabalhadores declarados e com seguro contra acidentes de trabalho.

## SABIA QUE, EM MÉDIA, OS TRABALHADORES ESTRANGEIROS TÊM REMUNERAÇÕES MAIS BAIXAS QUE OS TRABALHADORES PORTUGUESES?

**Remuneração base média do total de trabalhadores em Portugal e dos trabalhadores estrangeiros, por grupos profissionais, em 2012**

| Grupos profissionais                                                                             | Total de trabalhadores | Trabalhadores Estrangeiros | Taxa de discrepância entre estrangeiros e total de trabalhadores (%) |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|----------------------------|----------------------------------------------------------------------|
| 1 - Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores | 2.079,21 €             | 2.939,32 €                 | +41                                                                  |
| 2 - Especialistas das atividades intelectuais e científicas                                      | 1.571,04 €             | 1.851,76 €                 | +18                                                                  |
| 3 - Técnicos e profissões de nível intermédio                                                    | 1.217,71 €             | 2.602,69 €                 | +114                                                                 |
| 4 - Pessoal administrativo                                                                       | 855,44 €               | 756,20 €                   | -12                                                                  |
| 5 - Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores                    | 636,52 €               | 581,74 €                   | -9                                                                   |
| 6 - Agricultores e trab. qualificados da agricultura, da pesca e da floresta                     | 683,85 €               | 581,17 €                   | -15                                                                  |
| 7 - Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices                              | 685,48 €               | 639,98 €                   | -7                                                                   |
| 8 - Operadores de instalações e máquinas e trab. da montagem                                     | 645,19 €               | 628,04 €                   | -3                                                                   |
| 9 - Trabalhadores não qualificados                                                               | 572,43 €               | 541,80 €                   | -5                                                                   |
| Sem profissão atribuída                                                                          | 1.690,99 €             | 2.587,80 €                 | +53                                                                  |
| <b>Total</b>                                                                                     | <b>915,01 €</b>        | <b>855,52 €</b>            | <b>-7</b>                                                            |

Fonte: Quadros de Pessoal, GEE/ME (cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 72)

Os dados dos Quadros de Pessoal permitem identificar um desequilíbrio nas remunerações base médias entre os portugueses e os estrangeiros. Em 2012 os trabalhadores estrangeiros obtiveram, em média, remunerações 7% mais baixas que a generalidade dos trabalhadores em Portugal. Estas diferenças nas remunerações refletem as formas de incorporação no mercado de trabalho dos diferentes trabalhadores e/ou os grupos profissionais onde os estrangeiros estão mais representados.

Se a comparação das remunerações de trabalhadores em Portugal for feita em função dos grupos profissionais, observa-se que os trabalhadores estrangeiros apresentam, em média, remunerações mais altas que os restantes trabalhadores do país nos grupos profissionais de topo (+41% no grupo 1, +18% no grupo 2 e +114% no grupo 3) e remunerações mais baixas nos restantes grupos profissionais.

Os dados das remunerações diferem também em função da nacionalidade do trabalhador. Por comparação aos trabalhadores portugueses são os nacionais dos países terceiros aqueles que tendem a obter remunerações médias mais baixas pelo seu trabalho, enquanto os nacionais de países da União Europeia e da América do Norte tendem a obter as remunerações mais altas. Em 2009 os norte-americanos foram os que, em média, obtiveram remunerações mais altas por comparação aos trabalhadores portugueses (+125%), encontrando-se no extremo oposto os asiáticos: os trabalhadores paquistaneses a receberem, em média, -33% que os trabalhadores portugueses e os chineses a receberem -32%.

**Remunerações médias mensais base em Euros de trabalhadores em Portugal,  
segundo a nacionalidade, em 2009**

| <b>País de nacionalidade do trabalhador</b> | <b>Remunerações médias mensais</b> | <b>Taxa de discrepância face aos portugueses (%)</b> |
|---------------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------------------------|
| USA                                         | 1.707,60 €                         | +124,8                                               |
| Espanha                                     | 1.664,31 €                         | +119,1                                               |
| Reino Unido                                 | 1.529,50 €                         | +101,4                                               |
| Alemanha                                    | 1.251,40 €                         | +64,8                                                |
| França                                      | 1.053,25 €                         | +38,7                                                |
| Canadá                                      | 948,42 €                           | +24,9                                                |
| Moçambique                                  | 921,38 €                           | +21,3                                                |
| Angola                                      | 834,88 €                           | +9,9                                                 |
| Luxemburgo                                  | 777,77 €                           | +2,4                                                 |
| <b>Portugal</b>                             | <b>759,55 €</b>                    | <b>0,0</b>                                           |
| Índia                                       | 686,68 €                           | -9,6                                                 |
| Brasil                                      | 621,60 €                           | -18,2                                                |
| Cabo Verde                                  | 590,51 €                           | -22,3                                                |
| Rússia                                      | 582,87 €                           | -23,3                                                |
| Moldávia                                    | 562,87 €                           | -25,9                                                |
| Guiné-Bissau                                | 552,37 €                           | -27,3                                                |
| Ucrânia                                     | 552,52 €                           | -27,3                                                |
| Roménia                                     | 551,61 €                           | -27,4                                                |
| S. Tomé e Príncipe                          | 522,52 €                           | -31,2                                                |
| China                                       | 513,99 €                           | -32,3                                                |
| Paquistão                                   | 505,86 €                           | -33,4                                                |

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSS(cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 73)

## **SABIA QUE OS ESTRANGEIROS TÊM MAIORES TAXAS DE EMPREENDEDORISMO QUE OS PORTUGUESES?**

Segundo dados dos Censos, entre 1981 e 2011, a importância relativa de empregadores estrangeiros no total de empregadores do país passou de 1,4% para 5,2%. Este crescimento é ainda mais relevante se se considerar que de 1981 para 2011 a taxa de variação de empregadores

estrangeiros foi seis vezes superior à registada para os portugueses. É interessante verificar ainda que a taxa de variação de empregadores estrangeiros entre 2001 e 2011 foi positiva em +15%, enquanto a taxa para os empregadores portugueses foi negativa em -7%.

**Empregadores estrangeiros e população empregada estrangeira para o total de empregadores e população empregada em Portugal, entre 1981 e 2011**

| Ano Censitário | Peso relativo de empregadores estrangeiros no total de empregadores do país | Peso relativo de população empregada estrangeira por total de população empregada no país | Taxa de variação de empregadores estrangeiros entre décadas (%) | Taxa de variação de empregadores portugueses entre décadas (%) |
|----------------|-----------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| 1981           | 1,37                                                                        | 0,85                                                                                      | -                                                               | -                                                              |
| 1991           | 1,63                                                                        | 1,31                                                                                      | +145,1                                                          | +105,9                                                         |
| 2001           | 4,21                                                                        | 4,04                                                                                      | +363,5                                                          | +74,6                                                          |
| 2011           | 5,16                                                                        | 4,51                                                                                      | +15,2                                                           | -6,9                                                           |

Fonte: Censos entre 1981 e 2011, INE (cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 81)

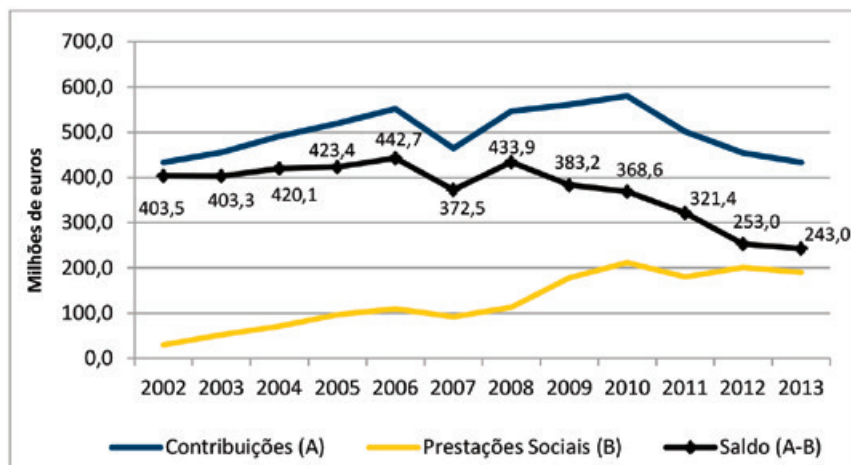
Nos últimos anos os estrangeiros tenderam a optar cada vez mais por se inserirem no mercado de trabalho português como empregadores: entre 2001 e 2011 não apenas se reforçou o número absoluto de empregadores estrangeiros (de 20.571 para 23.652), como também o peso relativo de empregadores no total da população empregada estrangeira aumentou (de 10,2% para 12,1%), superando sempre a importância relativa dos empregadores portugueses no total da sua população empregada (9,8% em 2001 e 10,5% em 2011). Em 2011 as nacionalidades que mais contribuíram para o número de empregadores estrangeiros foram os brasileiros (31%), os chineses (13%) e os ucranianos (6%), muito embora sejam os chineses os estrangeiros que apresentam as taxas de empreendedorismo mais elevadas em Portugal (42% da sua população empregada é empregadora).

## QUAIS OS IMPACTOS DA IMIGRAÇÃO PARA A SEGURANÇA SOCIAL?

### SABIA QUE O SALDO FINANCEIRO DA SEGURANÇA SOCIAL COM OS ESTRANGEIROS TEM SIDO POSITIVO EM PORTUGAL?

Em 2013, num contexto de crise económica e de aumento do desemprego, se forem contabilizadas as contribuições dos estrangeiros para a segurança social e a estas se subtraírem os gastos com prestações sociais, obtém-se um saldo positivo de cerca de +243,0 milhões de euros (era +321,4 milhões em 2011 e 442,7 milhões em 2006).

**Saldo das contribuições e prestações sociais relativas à população de nacionalidade estrangeira, entre 2002 e 2013 (milhões de euros)**



Fonte: MESS (cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 102)

Deve ter-se em consideração que esta tendência de diminuição do saldo reflete a própria diminuição do número de contribuintes estrangeiros (associada ao decréscimo da população estrangeira no país) e o aumento do número de estrangeiros com prestações sociais, nomeadamente de desemprego, como contrapartida de contribuições



efetuadas anteriormente para o sistema de segurança social português.

## **SABIA QUE A IMIGRAÇÃO TEM PERMITIDO CONTRABALANÇAR OS EFEITOS DO ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO PORTUGUÊS NO SISTEMA DA SEGURANÇA SOCIAL?**

A imigração mostra-se necessária para contrabalançar os efeitos do envelhecimento demográfico português no sistema de segurança social, contribuindo para um relativo alívio do sistema e para a sua sustentabilidade. Atendendo à grande pressão com que se confronta atualmente o sistema de segurança social português, com um saldo financeiro para o total da população com valores negativos, os saldos positivos da imigração para as contas da segurança social são particularmente importantes.

## COMO SE RELACIONAM OS IMIGRANTES COM O SISTEMA ESCOLAR PORTUGUÊS?

### SABIA QUE NOS ÚLTIMOS ANOS SE VERIFICA UMA MELHORIA DO DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS ESTRANGEIROS NO ENSINO SECUNDÁRIO PORTUGUÊS?

Inúmeros estudos da OCDE revelam que, de forma geral, os imigrantes tendem a apresentar maiores dificuldades em obter bons resultados escolares, quando comparados com os nacionais dos países de acolhimento. Não sendo Portugal exceção neste domínio nota-se, porém, nos últimos anos uma evolução positiva no desempenho escolar dos imigrantes, diminuindo a distância no desempenho escolar obtido entre alunos estrangeiros e alunos nacionais. Os dados do Ministério da Educação de Portugal revelam que, embora os alunos estrangeiros apresentem globalmente resultados escolares menos satisfatórios que os alunos de nacionalidade portuguesa, entre os anos letivos de 2007/2008 e 2012/2013 nota-se uma melhoria da performance escolar dos alunos estrangeiros do ensino secundário.

**Transição ou conclusão dos alunos no Ensino Básico e Secundário, segundo a nacionalidade e nível de ensino, em Portugal Continental, nos anos letivos 2007/2008 e 2012/2013 (%)**

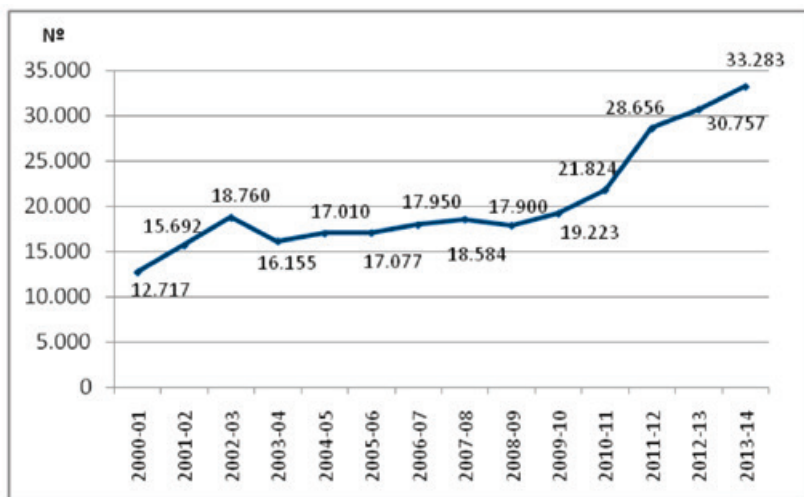
| Nacionalidade | Ensino Básico       |           | Ensino Secundário   |           |
|---------------|---------------------|-----------|---------------------|-----------|
|               | Transição/conclusão |           | Transição/conclusão |           |
|               | 2007-2008           | 2012-2013 | 2007-2008           | 2012-2013 |
| Portugueses   | 91,5                | 87,9      | 77,5                | 79,5      |
| Estrangeiros  | 82,7                | 74,4      | 64,9                | 69,0      |
| Total         | 91,1                | 87,4      | 76,9                | 78,9      |

Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (cálculos de Oliveira e Gomes, 2014:134)

## SABIA QUE NA ÚLTIMA DÉCADA AUMENTOU O NÚMERO DE ESTUDANTES ESTRANGEIROS INSCRITOS NO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS?

Em 2013/2014 cerca de 9% do total de estudantes inscritos no Ensino Superior português eram estrangeiros (33 mil), quando há uma década atrás representavam apenas 3% (cerca de 13 mil em 2000-2001). Este aumento evidencia, entre outras razões, a captação de estudantes pelas Universidades portuguesas num contexto de internacionalização e competição a nível mundial por estudantes para formação superior, aliado à preocupação de Portugal transpor para o contexto nacional as diretivas comunitárias em matéria de atracção de estudantes estrangeiros. Múltiplos acordos bilaterais e multilaterais têm sido estabelecidos também com países terceiros.

**Evolução do número de alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, entre os anos letivos de 2000/2001 e 2013/2014**



Fonte: GPEARI/MCTES e DGEEC/MEC (Oliveira e Gomes, 2014: 138).

Embora ao longo da última década a maioria dos estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior português sejam nacionais dos PALP, verifica-se nos últimos anos uma quebra na sua importância relativa

(eram 62,5% no ano letivo 2006-2007 e passam para 30% no ano letivo 2011-2012) e um aumento de alunos de nacionalidade brasileira (eram 11,2% em 2006-2007 e passam para 24,4% em 2011-2012) e de alunos de países da União Europeia (de 17% para 30,4%) e da Ásia (de 1,7% para 5,2%).

Este aumento de estudantes estrangeiros no Ensino Superior português reflete também novos fluxos de entrada de estrangeiros em Portugal. Em 2012 estavam registados no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) 10.275 estrangeiros com autorização de residência para estudo no ensino superior, traduzindo um aumento de 109% face ao ano de 2008, adquirindo a quarta posição no conjunto dos títulos de residência emitidos pelo SEF.

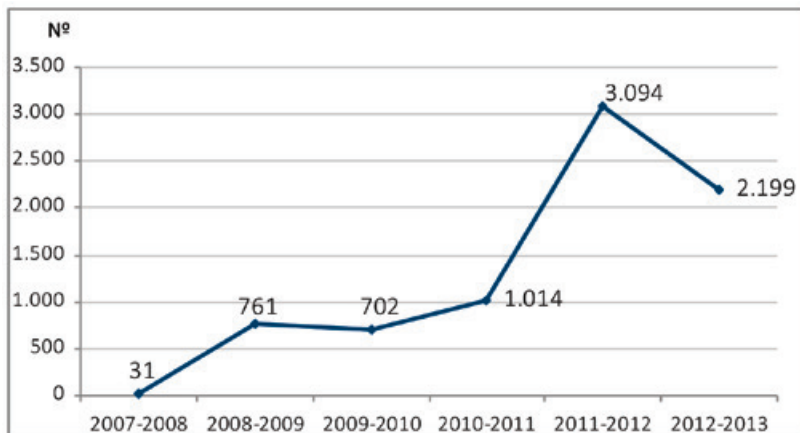
## OS IMIGRANTES QUEREM APRENDER A LÍNGUA PORTUGUESA?

### SABIA QUE EM PORTUGAL, NOS ÚLTIMOS ANOS, AUMENTOU A OFERTA DE CURSOS DE APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA?

A compreensão da língua do país de acolhimento é um requisito fundamental no processo de integração de imigrantes, tendo por isso aumentado a oferta de cursos de aprendizagem da língua de acolhimento um pouco por toda a Europa. Também em Portugal a oferta de cursos de língua portuguesa para estrangeiros tem aumentado, havendo a assinalar dois programas promovidos pelo Estado português com objetivos distintos: o primeiro, associado à disciplina de *Português como Língua não Materna* (PLNM) do ensino básico e secundário, criado em 2001 numa fase piloto e generalizado a partir de 2007, dá resposta aos desafios inerentes à integração de alunos que não têm o português como língua materna no sistema escolar; e o segundo, é o *Programa Português para todos* (PPT), criado em 2008, que procura estimular globalmente a aprendizagem do português (básico e técnico), podendo a certificação da aprendizagem da língua que lhe está inerente ser usada como requisito para a obtenção de uma autorização de residência permanente em Portugal ou da nacionalidade portuguesa. Globalmente, em ambos os programas tem aumentado a procura e o número de beneficiários nos últimos anos.

No ano letivo de 2012/13 encontravam-se matriculados na disciplina de *Português Língua Não Materna* (PLNM) 2.199 alunos, verificando-se um crescimento significativo relativamente ao ano letivo de 2007/08 (quando apenas existiam 31 alunos matriculados). Pese embora no ano letivo de 2012/13 tivessem matriculados alunos de 36 nacionalidades diferentes, destacam-se alunos dos PALP – os cabo-verdianos representaram nesse ano letivo 20,8% dos alunos, seguidos dos guineenses (11,2% dos alunos) – da Europa de leste – 6,6% dos alunos eram ucranianos e 4% moldavos – e da Ásia – 6,2% chineses.

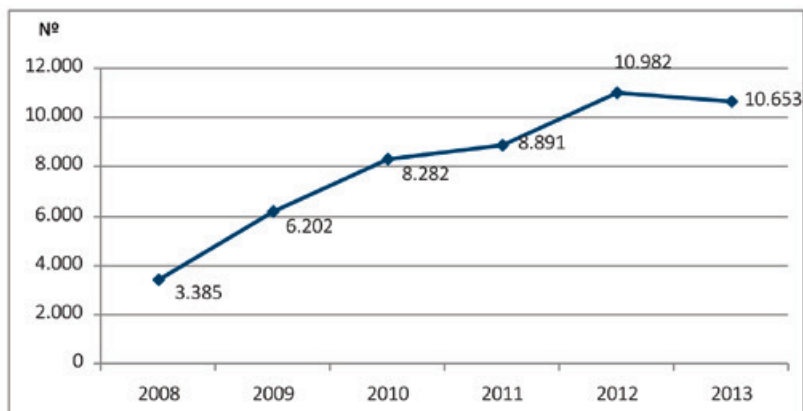
**Número de alunos matriculados na disciplina de PLNM, no Ensino Básico e Secundário, em Portugal Continental, entre os anos letivos de 2007/2008 e 2012/2013**



Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (Oliveira e Gomes, 2014: 155)

O *Programa Português para todos* (PPT) também tem aumentado desde 2008 o número de formandos abrangidos de mais de 200 países: entre 2008 e 2013 registou-se um aumento de +215% de formandos (foram 3.385 formandos em 2008, passando para 10.653 em 2013).

**Evolução do número de formandos do Programa PPT, entre 2008 e 2013**

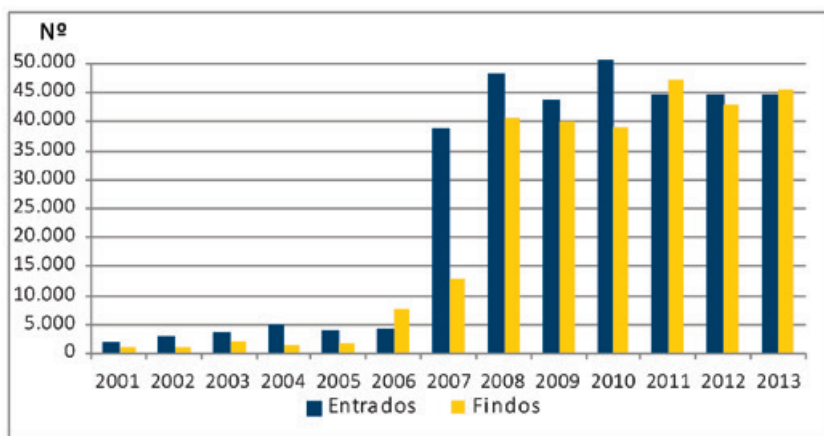


Fonte: Programa Português para Todos (Oliveira e Gomes, 2014: 160).

## OS IMIGRANTES TÊM ACESSO À NACIONALIDADE PORTUGUESA?

### SABIA QUE NOS ÚLTIMOS ANOS MILHARES DE IMIGRANTES SE TORNARAM NOVOS CIDADÃOS PORTUGUESES?

Processos entrados e findos de concessão da Nacionalidade Portuguesa, entre 2001 e 2013



Fonte: SEF e Conservatória dos Registos Centrais (Oliveira e Gomes, 2014: 166).

A legislação que regula o acesso à nacionalidade portuguesa foi alterada em 2006, tendo sido reconhecida internacionalmente como a melhor política promotora da integração de imigrantes entre os 31 países analisados no *Índice de Avaliação de Políticas de Integração de Imigrantes* (MIPEX). Esta mudança no enquadramento legal teve um impacto significativo no aumento dos pedidos de nacionalidade portuguesa e nas respetivas atribuições de nacionalidade a partir de 2007: entre 2007 e 2013, o número de cidadãos a quem foi concedida a nacionalidade portuguesa atingiu os 268.831, com uma taxa de indeferimento de 6,1%, quando entre 2001 e 2006 apenas se registaram 14.865 concessões com uma taxa de indeferimentos de 30%.

Entre 2008 e 2012, mais de 90% do total de aquisições de nacionalidade são respeitantes a estrangeiros residentes em Portugal, o que contrasta com o que se verificou entre meados da década de 1980 e 1990 à luz do enquadramento legal anterior, em que a maioria das aquisições de nacionalidade portuguesa era de residentes no estrangeiro. Nota-se também que a média de idades dos indivíduos residentes em Portugal que adquiriram a nacionalidade desde 2008 é mais baixa (cerca de 54,1% tinha menos de 35 anos), refletindo o impacto deste novo enquadramento no acesso à nacionalidade portuguesa por imigrantes mais jovens e descendentes de imigrantes residentes no país.



## OS IMIGRANTES VOTAM EM PORTUGAL?

### SABIA QUE EM PORTUGAL AINDA SÃO POUCOS OS ESTRANGEIROS QUE SE RECENSEIAM PARA VOTAR?

Na última década a percentagem de estrangeiros elegíveis para votar por total de residentes com mais de 20 anos aumentou, passando de 53,3% em 2001 para 62,9% em 2011. Contudo, a percentagem de cidadãos estrangeiros recenseados para votar em Portugal por total de estrangeiros residentes elegíveis para votar nas eleições locais diminuiu ao longo da última década – em 2001 eram 21,7% (20.602 num universo de 95.036 recenseáveis) e em 2011 apenas 13,5% (26.957 num universo de 199.064 recenseáveis), refletindo uma diminuição entre Censos em cerca de -38%. Esta diminuição tanto pode refletir o crescente desinteresse das populações estrangeiras residentes no país para o exercício dos seus direitos políticos ou a sua perceção de que ainda lhes faltam direitos políticos em Portugal.

**Relação entre estrangeiros recenseados para votar, estrangeiros com mais de 20 anos residentes e estrangeiros de nacionalidades elegíveis para votar, em 2001 e 2011**

| Ano                                | Estrangeiros recenseados para votar*(A) | Estrangeiros residentes com mais de 20 anos** (B) | Estrangeiros residentes com mais de 20 anos de nacionalidades elegíveis para votar em eleições locais**(C) | A / C (%) | C / B (%) |
|------------------------------------|-----------------------------------------|---------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-----------|
| 2001                               | 20.602                                  | 178.426                                           | 95.036                                                                                                     | 21,7      | 53,3      |
| 2011                               | 26.957                                  | 316.406                                           | 199.064                                                                                                    | 13,5      | 62,9      |
| Taxa de variação entre 2001 e 2011 | +30,8                                   | +77,3                                             | +109,5                                                                                                     | -37,5     | +141,5    |

Fonte: \*DGAI/MAI e \*\* Censos 2001 e 2011, INE(cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 173)

Os dados relativos ao ano de 2011 mostram que dos 77.706 cidadãos residentes em Portugal de origem de países da União Europeia, ape-

nas 11.301 se encontram recenseados. Os países comunitários com as percentagens mais elevadas de recenseados são a Holanda (35%), Bélgica (30%) e Alemanha (27%). No que diz respeito aos nacionais de países terceiros com direito ao voto, os dados de 2011 revelam que dos 121.565 cidadãos destes países com direitos de voto em Portugal, apenas 15.656 estão efetivamente recenseados (12,9%). No grupo dos nacionais de países terceiros com direitos políticos, são os cabo-verdianos os que apresentam taxas de recenseamento mais elevadas (36%).

**Proporção de estrangeiros recenseados no total de residentes com direito de voto, em 2011**

| Nacionalidades                   | Número de recenseados em Dez. 2011 | População residente com mais de 20 anos (Censos 2011) | Taxa de recenseados no total de residentes com mais de 20 anos (%) |
|----------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| Holanda                          | 1.136                              | 3.228                                                 | 35,2                                                               |
| Bélgica                          | 499                                | 1.657                                                 | 30,1                                                               |
| Alemanha                         | 2.109                              | 7.690                                                 | 27,4                                                               |
| Espanha                          | 1.905                              | 8.586                                                 | 22,2                                                               |
| Reino Unido                      | 2.756                              | 13.717                                                | 20,1                                                               |
| Itália                           | 585                                | 2.945                                                 | 19,9                                                               |
| França                           | 1.186                              | 11.594                                                | 10,2                                                               |
| Irlanda                          | 102                                | 1.143                                                 | 8,9                                                                |
| Bulgária                         | 151                                | 4.192                                                 | 3,6                                                                |
| Roménia                          | 400                                | 18.952                                                | 2,1                                                                |
| <b>Total U.E.</b>                | <b>11.301</b>                      | <b>77.706</b>                                         | <b>14,5</b>                                                        |
| Cabo Verde                       | 11.067                             | 30.422                                                | 36,4                                                               |
| Argentina                        | 60                                 | 391                                                   | 15,3                                                               |
| Venezuela                        | 141                                | 2.754                                                 | 5,1                                                                |
| Brasil                           | 4.308                              | 87.202                                                | 4,9                                                                |
| <b>Total de países terceiros</b> | <b>15.656</b>                      | <b>121.565</b>                                        | <b>12,9</b>                                                        |
| <b>Total de estrangeiros</b>     | <b>26.957</b>                      | <b>316.406</b>                                        | <b>8,5</b>                                                         |

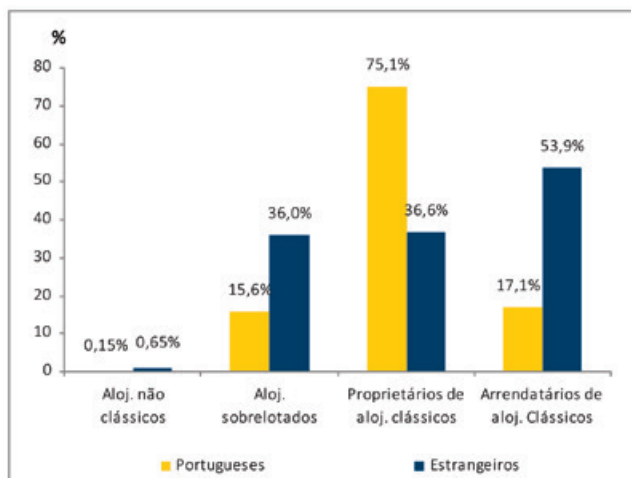
Fonte: DGAJ - Direção Geral de Administração Interna - Administração Eleitoral e INE-Censos 2011 (cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 175)

## QUAIS AS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DOS IMIGRANTES?

### **SABIA QUE HÁ UMA SOBRE REPRESENTAÇÃO DE ESTRANGEIROS EM ALOJAMENTOS SOBRELOTADOS EM PORTUGAL?**

A situação de desvantagem das populações imigrantes no mercado da habitação é comum aos diversos países da União Europeia, identificando-se a sobre representação dos estrangeiros em alojamentos precários, sobrelotados e sem infraestruturas básicas, mostrando-se mais difícil o acesso à propriedade da habitação.

Os dados dos Censos de 2011 de Portugal confirmam esta tendência para os estrangeiros residentes no país: a percentagem de estrangeiros a residir em alojamentos sobrelotados (36,0%) corresponde a mais do dobro da verificada entre cidadãos de nacionalidade portuguesa (15,6%) na mesma situação. Por outro lado, a maioria dos estrangeiros arrenda a sua habitação (53,9%) e apenas 36,6% dos estrangeiros são proprietários da sua habitação por comparação a 75,1% dos portugueses. Os dados dos Censos mostram também que a percentagem de estrangeiros que vive em alojamentos não clássicos (barracas, alojamentos improvisados) é pouco significativa (apenas 0,65% por comparação a 0,15% entre os portugueses).

**População residente segundo as condições de alojamento e acesso à propriedade da habitação, em 2011 (%)**

Fonte: Oliveira e Gomes, 2014: 182-187.

## COMO SE RELACIONAM OS IMIGRANTES COM O SISTEMA DE JUSTIÇA?

### **SABIA QUE UMA LEITURA NÃO ATENTA DOS DADOS PODE INDUZIR A ERROS GRAVES DE PERCEÇÃO QUE INDUZEM À FALSA ASSOCIAÇÃO DOS IMIGRANTES À CRIMINALIDADE?**

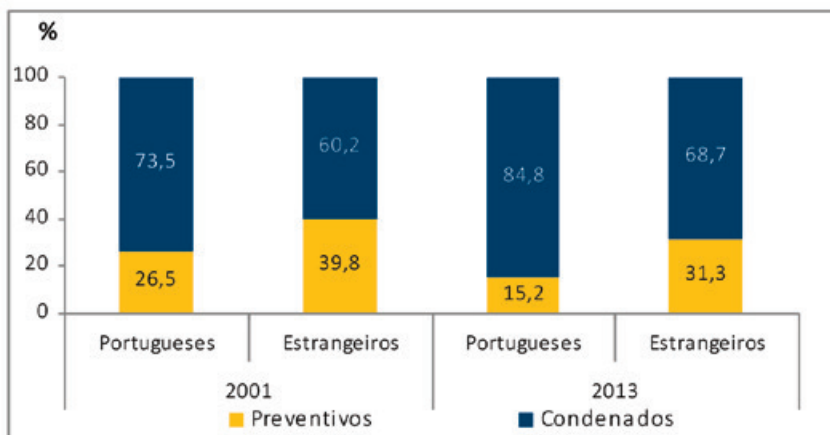
Na análise da criminalidade de estrangeiros é fundamental mobilizar um conjunto de variáveis sociológicas e criminais para enquadrar os dados brutos, uma vez que o universo de estrangeiros residentes em Portugal apresenta algumas especificidades por relação ao universo dos nacionais, não sendo comparáveis entre si. Entre as variáveis sociológicas mais importantes (e.g. sexo, idade, condição perante o trabalho) deve atender-se a que nos estrangeiros residentes em Portugal há a prevalência de idades mais jovens e adultas em idade ativa; enquanto que no caso dos nacionais o universo de referência, sobre o qual se calcula a mesma taxa bruta de criminalidade, inclui indivíduos inimputáveis (0-16 anos) e acima dos 60 anos, onde os níveis de criminalidade são residuais. Assim, quando se compara as taxas de criminalidade de estrangeiros e portugueses com as mesmas características (nomeadamente a mesma idade), conclui-se que as taxas se equiparam, desmistificando-se a ideia de uma sobre representação dos estrangeiros ou imigrantes em atividades criminais.

Em relação às variáveis criminais e penais é fundamental comparar os dois universos para o mesmo tipo de crime e analisar as penas que lhes estão associadas, tornando-se neste caso evidente que para o mesmo tipo de crimes os cidadãos estrangeiros estão mais sujeitos à aplicação da medida de prisão preventiva, o que potencia a sua sobre representação nos reclusos em Portugal.

## SABIA QUE HÁ MAIS ESTRANGEIROS EM PRISÃO PREVENTIVA QUE PORTUGUESES?

Nas últimas décadas os estrangeiros têm estado mais sujeitos à aplicação da medida de prisão preventiva em Portugal perante a suspeita de crimes, facto que tem sido explicado pelo maior risco de fuga, bem como o tipo de crime de que são acusados e a moldura penal que lhe está subjacente. Esta tendência acaba por contribuir também para a sobre representação dos estrangeiros no sistema prisional português. Em 2001 na proporção de presos preventivos, os estrangeiros apresentavam +13 pontos percentuais que os nacionais, aumentando a distância entre estrangeiros e nacionais em 2013 para +16 pontos percentuais, uma vez que enquanto cerca de 31% dos estrangeiros ficaram presos preventivamente apenas 15% dos portugueses ficou nessa situação.

Reclusos nacionais e estrangeiros por situação processual, em 2001 e 2013 (%)

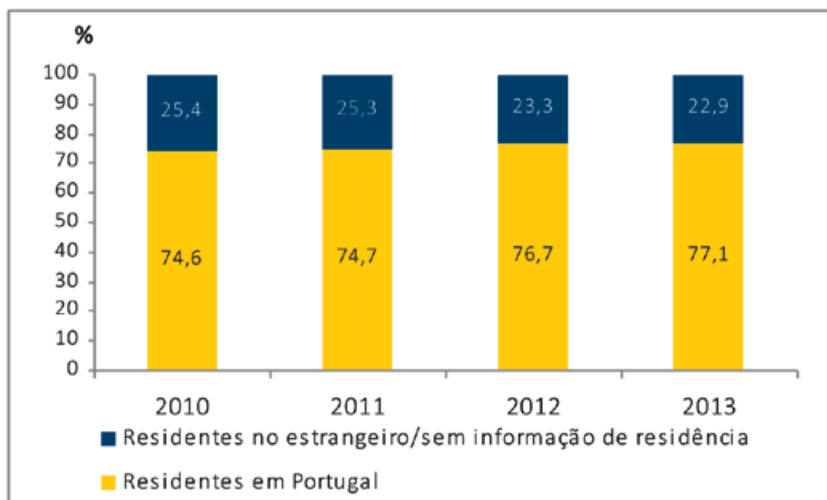


Fonte: Direção-Geral dos Serviços Prisionais (cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 197)

Acresce que para o mesmo tipo de crime os estrangeiros tendem a apresentar taxas de condenação mais elevadas que os arguidos de nacionalidade portuguesa, sendo condenados a mais penas privadas de liberdade (prisão efetiva), o que também concorre para a maior percentagem de reclusos no sistema prisional português.

## **SABIA QUE NEM TODOS OS ESTRANGEIROS PRESOS EM PORTUGAL SÃO IMIGRANTES?**

Entre 2001 e 2013 o número de reclusos estrangeiros no sistema prisional português passou de 1.582 para 2.647. Em 2013 a proporção de reclusos estrangeiros no total de reclusos atingia os 18,5%. Importa esclarecer que é preciso ter alguns cuidados na análise destes dados estatísticos, uma vez que quando se olha para a criminalidade de estrangeiros, ou para a percentagem de reclusos estrangeiros, deve atender-se que não estamos a falar necessariamente de imigrantes ou de estrangeiros residentes no país. Na realidade muitos destes reclusos ou estrangeiros julgados criminalmente são "indivíduos em trânsito", apanhados na fronteira ou em circulação (e.g. correios de droga), não tendo qualquer vínculo a Portugal ou intenção de imigrar para o país. Os dados sobre os reclusos estrangeiros em Portugal mostram que a evolução do número de estrangeiros nas prisões portuguesas não está inteiramente correlacionada com a própria evolução dos fluxos migratórios para Portugal, mas reflete também o aumento de estrangeiros não imigrantes, sem residência ou atividade profissional em Portugal, que são apanhados em trânsito (23% em 2013).

**Reclusos estrangeiros com residência em Portugal, entre 2010 e 2013 (%)**

Fonte: Direção-Geral dos Serviços Prisionais (cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 193)



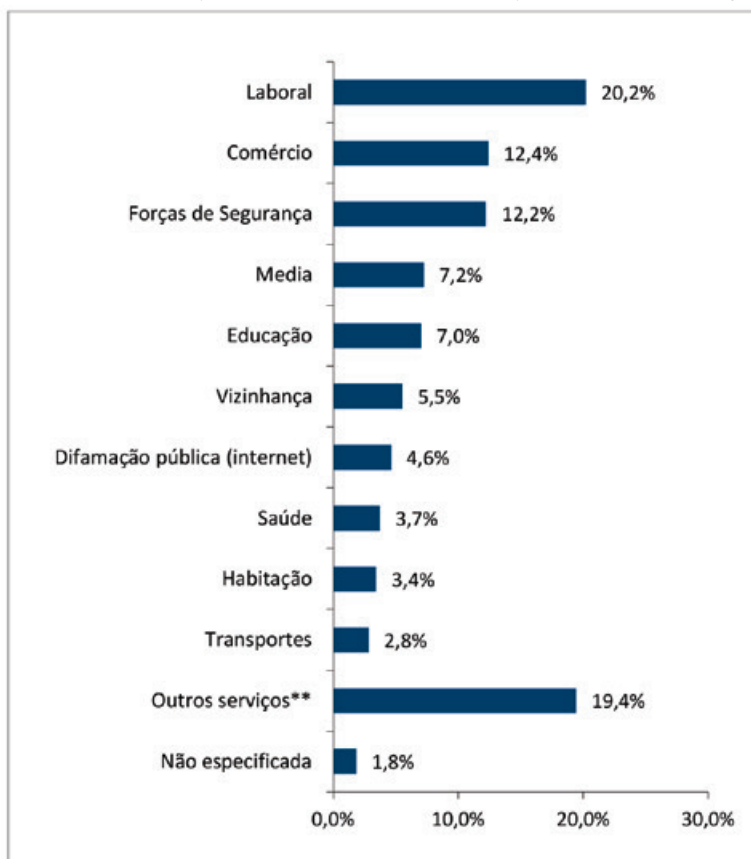
## OS IMIGRANTES SÃO DISCRIMINADOS EM PORTUGAL?

### SABIA QUE HÁ IMIGRANTES QUE SE QUEIXAM DE DISCRIMINAÇÃO DE BASE RACIAL E ÉTNICA?

A partir dos dados das queixas de discriminação de base racial e étnica acolhidas na Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), é possível aferir algumas áreas de discriminação de base racial e étnica alegadamente ocorridas em Portugal, bem como sinalizar as nacionalidades e origens étnica ou culturais das alegadas vítimas mais expostas à discriminação. Observa-se que, entre 2005 e 2013, entre as 615 queixas de discriminação de base racial e étnica acolhidas, uma parte importante das queixas se reporta a situações ocorridas no domínio laboral (cerca de 20%), seguindo-se as participações por discriminação em estabelecimentos comerciais e pelas forças de segurança (ambas com cerca de 12%).

No que se refere à nacionalidade ou origem étnica e/ou cultural das alegadas vítimas de discriminação, destaca-se a nacionalidade brasileira, ucraniana, guineense, cabo-verdiana e angolana (refletindo a sua própria sobre representação no país), verificando-se também expressão de queixas em que as alegadas vítimas foram discriminadas pela cor da pele ou pela pertença à etnia cigana.

Entre 2005 e 2013, cerca de 32% do total de queixas recebidas pela CICDR deram origem a processos de contraordenação, tendo 19 das 194 contraordenações gerado decisões de condenação. Entre as condenações, cerca de metade referem-se à área do comércio e dizem respeito a vítimas de etnia cigana.

**Queixas recebidas pela CICDR, entre 2005 e 2013, por área de discriminação**

Fonte: CICDR (cálculos de Oliveira e Gomes, 2014: 202)

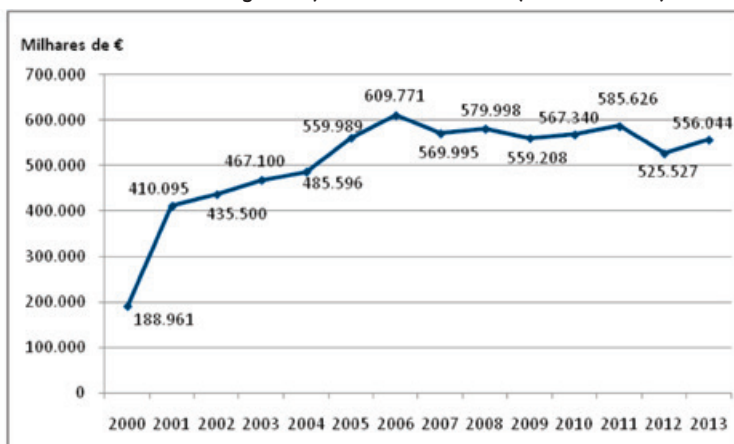
Notas: \*\*Serviços públicos e privados: recintos culturais, bancos, tribunais, juntas/câmaras.

## OS IMIGRANTES ENVIAM REMESSAS PARA O SEU PAÍS DE ORIGEM?

**SABIA QUE EM 2013 O MONTANTE GLOBAL DAS REMESSAS DE IMIGRANTES ENVIADAS PARA OS SEUS PAÍSES DE ORIGEM FOI DE 556 MILHÕES DE EUROS?**

Ao longo da última década verifica-se um aumento significativo das remessas de imigrantes enviadas para os seus países de origem. Entre 2000 e 2006 as remessas triplicaram, passando de 189 milhões de euros, em 2000, para 610 milhões de euros em 2006 (ano em que se atinge o pico da década). Nos últimos anos interrompeu-se esta trajetória de crescimento, refletindo a crise económica e a redução do número de residentes estrangeiros no país. Em 2013 o montante global das remessas de imigrantes para os países de origem fixou-se nos 556 milhões de euros.

**Remessas de imigrantes, entre 2000 e 2013 (em milhares €)**



Fonte: Banco de Portugal cit in Pordata (Oliveira e Gomes, 2014: 270).

Os principais países de destino das remessas de imigrantes são, por ordem de importância: o Brasil (45,5%), China (14,1%), Ucrânia (5,6%), França (3,6%), Angola (3,4%), Roménia (2,8%), Espanha (2,7%), e Cabo Verde (2,4%).

Quando se comparam os dados de 2000 com os dados de 2013, sobressaem algumas alterações, verificando-se o crescimento das remessas com destino à Ucrânia (+29 milhões de euros), Brasil (+219 milhões) e Roménia (+12 milhões). Para estes resultados muito contribui o significativo aumento dos residentes de nacionalidade brasileira, ucraniana e romena entre os Censos 2001 e 2011. Entre 2007 e 2013 as remessas com destino à China também aumentaram exponencialmente (+73 milhões de euros).

**Remessas de imigrantes, por principais países de destino dos fluxos, em 2000, 2007 e 2013**

| Principais países de destino | 2000           |              | 2007           |              | 2013           |              |
|------------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
|                              | Milhares €     | %            | Milhares €     | %            | Milhares €     | %            |
| <b>Total Europa</b>          | <b>84.030</b>  | <b>44,5</b>  | <b>156.760</b> | <b>27,5</b>  | <b>141.270</b> | <b>25,4</b>  |
| <b>Total EU28</b>            | <b>45.890</b>  | <b>24,3</b>  | <b>81.910</b>  | <b>14,4</b>  | <b>95.950</b>  | <b>17,3</b>  |
| Espanha                      | 5.920          | 3,1          | 10.180         | 1,8          | 15.240         | 2,7          |
| França                       | 24.310         | 12,9         | 18.470         | 3,2          | 20.150         | 3,6          |
| Roménia                      | 3.870          | 2,0          | 18.000         | 3,2          | 15.760         | 2,8          |
| Ucrânia                      | 2.130          | 1,1          | 50.680         | 8,9          | 31.320         | 5,6          |
| <b>Total América</b>         | <b>67.940</b>  | <b>36,0</b>  | <b>329.260</b> | <b>57,8</b>  | <b>267.080</b> | <b>48</b>    |
| EUA                          | 25.370         | 13,4         | 7.700          | 1,4          | 7.140          | 1,3          |
| Brasil                       | 33.790         | 17,9         | 311.840        | 54,7         | 253.250        | 45,5         |
| <b>Total África</b>          | <b>34.700</b>  | <b>18,4</b>  | <b>62.450</b>  | <b>11,0</b>  | <b>61.220</b>  | <b>11</b>    |
| <b>Total PALP</b>            | <b>28.060</b>  | <b>14,8</b>  | <b>47.490</b>  | <b>8,3</b>   | <b>45.600</b>  | <b>8,2</b>   |
| Angola                       | 14.750         | 7,8          | 12.270         | 2,2          | 18.850         | 3,4          |
| Cabo Verde                   | 4.800          | 2,5          | 22.280         | 3,9          | 13.130         | 2,4          |
| <b>Total Ásia</b>            | <b>1.410</b>   | <b>0,7</b>   | <b>20.860</b>  | <b>3,7</b>   | <b>85.950</b>  | <b>15,5</b>  |
| China                        | n.d.           | n.d.         | 4.731          | 0,8          | 78.204         | 14,1         |
| <b>Total Geral</b>           | <b>188.960</b> | <b>100,0</b> | <b>570.000</b> | <b>100,0</b> | <b>556.040</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: Banco de Portugal *cit in* Pordata

Nas últimas décadas a maioria dos Estados-membros da União Europeia viu aumentar a sua imigração. A acompanhar esse fenómeno têm surgido inúmeros mitos, representações e estereótipos acerca da imigração e dos imigrantes. Em Portugal, o Observatório das Migrações tem assumido como prioridade aprofundar o conhecimento sobre as populações imigrantes, desconstruindo mitos e estereótipos que possam ser veiculados na sociedade portuguesa com factos científicos e a análise de dados estatísticos disponíveis a partir de fontes oficiais. Seguindo o mote do Observatório de "conhecer mais para agir melhor", procura-se com esta publicação reforçar a coleção Imigração em Números, disponibilizando factos com sustentação estatística que apoiem um conhecimento mais rigoroso da imigração no país. Com as "Estatísticas de Bolso" acerca da Imigração o Observatório das Migrações procura, assim, responder a inúmeras das solicitações de inúmeros profissionais e cidadãos comuns.